

O MITO DO DILÚVIO CONTADO PELOS MAXAKALIS, ISRAELITAS E BABILÔNIOS

No conto um projeto que salva a terra, água, animais e seres humanos

Jacir de Freitas Faria

O que é um mito? Essa pergunta já passou pela cabeça de muita gente. O mais famoso dos dicionários da língua portuguesa, o Aurélio, define mito como lenda, fábula, mentira, algo imaginário, oposição ao pensamento lógico. Não acredito ser esse o melhor caminho para entender a profundidade de um mito. Não podemos optar por afirmações preconceituosas.

O mito não é mentira, no sentido de algo que não corresponde ao real. Ele fala de um mistério. Explica uma crença. Fala de um herói. O mito é uma maneira legítima de expressar o significado transcendente das coisas, de Deus e do outro. O mito possui sua lógica própria. Não é irracional. É racional a seu modo. É atual e antigo e, por isso, eterno. Ele recupera e ativa o imaginário coletivo. Faz parte da história dos povos. É sinal de resistência cultural.

E é nessa última perspectiva que nos propomos a reler os mitos do dilúvio presentes na cultura indígena dos maxakali, na Bíblia e na Babilônia.

A nossa chave de leitura será a da resistência em relação à terra. Quando os colonizadores chegaram no Brasil eles se encarregaram de destruir os projetos de vida das culturas indígenas. Tendo nas mãos a Bíblia, a espada e a cruz, muito foi feito e quase tudo foi destruído. Ainda hoje culturas indígenas resistem a esse massacre orquestrado. Nessa nossa reflexão, propomos retomar a Bíblia a seu modo, isto é, como resistência ao projeto dos opressores e, a partir dos mitos nela contidos e presentes no mundo indígena¹, procurar descobrir o que Deus disse ontem e continua dizendo hoje em tempos de neoliberalismo.

Primeiramente vamos conhecer a realidade indígena de Minas Gerais.

1 – Mito e a resistência indígena em Minas Gerais

O mito está presente em nossa linguagem. A criança e o poeta melhor expressam o mito. E os indígenas? Esses são os nossos mestres na relação com a natureza mítica e divina. Eles são capazes de pedir licença a uma árvore que deverá ser cortada para fazer um barco. A natureza é o lugar da revelação do sagrado. Na terra partilhada vive o indígena. Não seria essa afirmação um sonho ou uma realidade que já passou? Para entendermos a realidade dos povos indígenas que hoje habitam o estado de Minas Gerais,

¹ Vamos nos limitar aos mitos da cultura maxakali, povo que vive atualmente no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

torna-se necessário olharmos o passado desses povos e a violência a que foram submetidos no processo de colonização e que os marcou profundamente. Olhar o passado para entender o presente e respeitar a caminhada que eles fazem em direção ao futuro é de fundamental importância para a prática da solidariedade.

O atual estado de Minas Gerais era território de inúmeros povos indígenas². Há referências de mais de cinquenta (50) nações. Vejamos alguns dados sobre a resistência indígena em Minas Gerais.

a) **Zona da Mata.** Nessa região viviam principalmente os kroato-koropó e puri. Esses povos possivelmente eram de origem tupi. Eles participaram da Confederação dos Tamoios, no Rio de Janeiro, em 1555. Derrotados, subiram o Rio Paraíba do Sul e aí se estabeleceram, o que gerou guerras com os colonos portugueses. O governo imperial enviou, então, para a região o militar Guido Marlière para resolver o conflito. Já Pe. Manuel de Jesus Maria foi o responsável pela catequese dos então “nativos”.

b) **Sul de Minas.** O sul foi palco da perseguição dos tremembé. Como parte deles se aliou aos colonizadores, houve uma cisão no grupo. Os que resistiram foram chamados de katuaú (gente boa) e deram origem aos cataguases. Os outros foram denominados de gente má (pisciaú).

c) **Triângulo Mineiro.** Essa região fazia parte do território kayapó, estendendo-se até São Paulo e Paraná. Frutal, cidade desta região em 1820, tinha dois mil indígenas ali aldeados.

No século XVIII, com a descoberta das minas de ouro em Goiás, as bandeiras saíram de São Vicente (SP) em direção às minas, mas eram repelidas de forma violenta pelos kaiapós. Foi esta a mais prolongada e violenta guerra contra os indígenas na América Latina. Durou cinquenta anos. Pena de morte, chacinas, crianças na luta, militarização das estradas até as minas. Para combater os kayapós foram trazidos os xacriabás, tapirapés e bororós. Os kayapós lutaram até o fim de suas forças, obrigando os bandeirantes a mudar sua trajetória para as minas. Os kayapó-panara, por sua vez, foram para o Xingu, onde atualmente ainda se fala uma língua indígena que era falada no triângulo. A dispersão fez com que muitos indígenas se tornassem pescadores e trabalhadores rurais na beira dos grandes rios da região. Outros se tornaram *militares*, tendo assim o privilégio de viver nos quartéis e cultivar sua terra. Veio a ocupação branca da terra e os indígenas foram violentamente expulsos de seus territórios. A consequência foi uma enorme concentração de terra, que perdura até os nossos dias, e a presença de inúmeros sem-terra na região.

c) **Norte de Minas.** Região colonizada pelos fazendeiros com as suas inúmeras cabeças de gado. Desde o início da colonização o governo proibia que se formassem fazendas no litoral e incentivava as entradas para o interior. A pecuária se instalou na

2. Para os dados sobre a resistência dos povos indígenas de Minas Gerais fazemos uso do texto apresentado por Geralda Chaves Soares (Gêra), na terceira etapa do Curso Bíblia na terra e terra na Bíblia, realizado pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, em Divinópolis, MG. O tema estudado foi o mito como resistência nas culturas indígenas, afro-descendentes e bíblicas.

região com a invasão dos territórios indígenas. Bandeirantes, como Matias Cardoso, figuraram entre os que guerrearam contra os xacriabás e outros povos que ali viviam. Muitos indígenas se tornaram vaqueiros, pois era uma atividade que se adaptava à vida livre/nômade dos mesmos. Atualmente, vive na região o mais numeroso povo indígena do estado, os xacriabás, com 5.000 pessoas em 22 aldeias.

d) **Leste.** Tem-se notícias de contatos com povos no Jequitinhonha em 1555. A expedição do Pe. A. Navarro os encontrou. Posteriormente, esses povos foram chamados de aimorés.

Em 1658, houve uma documentação sobre a Confederação dos Índios Guerin. Essa Confederação foi formada pelos povos indígenas que habitavam a margem direita do Rio São Francisco e os negros africanos provenientes dos inumeráveis quilombos que aí se tinham formado, para defender suas terras e vidas. E é só em 1808 que o governo D. João VI – recém-chegado da Europa – declarou guerra aos índios do Rio Doce. O fato gerador da guerra foi a descoberta das minas de ouro na área central do estado. Com isso, o governo português proibiu a abertura de estradas em direção ao litoral e deste para o interior, para coibir o contrabando dos minérios e prevenir-se contra a possível vinda de outros europeus para as minas. Com essa medida, os povos indígenas transformaram a região que se estende abaixo do Rio Salitre na Bahia até o Rio de Janeiro em santuário, onde era impossível a presença dos europeus. Ali se organizavam e se recuperavam das perseguições.

Com a guerra de 1808 foram criados ao longo dos rios Doce e Jequitinhonha inúmeros quartéis e divisões militares para combater os indígenas e, por extensão, os negros dos quilombos aliados da Confederação dos Guerin. As leis da guerra foram cruéis. A primeira etapa da guerra foi o período da “caça ao índio”. Destruição das aldeias, captura dos guerreiros, que se tornavam escravos dos colonos por dez anos. Os colonos eram anistiados de suas dívidas. As mulheres indígenas eram caçadas com laço ou com cachorros treinados. Ficou comum no Jequitinhonha o tráfico de crianças. Tendo suas terras invadidas, vários povos indígenas passaram a disputar as áreas de caça e pesca. Os colonos se aproveitaram destes fatos para aliciarem povos e usá-los na guerra, uns contra os outros.

A partir de 1874 começou o processo de colonização do Mucuri, último reduto dos indígenas. A Lei de Terras de 1850 já incentivara na região um violento processo de expulsão de pequenos posseiros que se tinham estabelecido nas matas. Aparentemente podemos concluir que os povos indígenas foram exterminados pela guerra e doenças transmitidas propositadamente ou não. No entanto, também podemos nos perguntar: uma guerra menos eficiente poderia ter destruído povos tão rapidamente? Na verdade, os indígenas, de guerreiros, livres, donos da terra, se tornaram inimigos do Estado, escravos, agregados, posseiros, artesãos, trabalhadores rurais sem terra, canoeiros, vaqueiros, moradores das periferias... Mas eles ainda estão vivos! Não mais como povos, mas como indígenas metamorfoseados que assim sobreviveram e fizeram “gorar” o projeto dos dominadores, os quais têm a ilusão da vitória, por terem o poder e a dominação política e econômica.

Os indígenas que resistiram como povos e continuam vivendo em Minas Gerais são os seguintes³:

POVO	REGIÃO	DIOCESE	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO DA TERRA
Maxakali	Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	850 pessoas	Demarcada
Krenak	Vale do Rio Doce	Governador Valadares	200 pessoas	Demarcada
Pataxó	Vale do Aço	Guanhães	200 pessoas	Demarcada
Pankararu	Vale do Jequitinhonha	Araçuaí	25 pessoas	Comodato até julho de 2000
Kaxixó	Alto São Francisco	Divinópolis	24 famílias	Maioria sem Terra
Aranã	Vale do Jequitinhonha	Araçuaí, BH, SP	Descendentes de Pedro Sangê	Sem terra
Mucurin	Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	Descendentes de Domingos Pacó	Sem terra

2 – O mito e a terra sagrada

Mesmo se vestindo como a sociedade moderna e tendo adotado o cristianismo como religião, os povos indígenas conservam o seu modo de relacionar-se com o sagrado. Os mitos continuam existindo como linguagem que estabelece relação com o transcendente.

A terra é mais do que o chão. Os maxakalis lutam pela sua terra, pois nela estão os lugares sagrados, como o Mikar-Kaká. Do topo dessa pequena montanha descem os Iamiyxop, seres espirituais e protetores dos maxakali. A cachoeira do córrego Umburanas, o oco de certas árvores, o rio, o cemitério fazem parte da mãe terra. Toda a vida está integrada, não existe a divisão entre sagrado e profano. Lugares e objetos estão revestidos do sagrado:

✧ Objetos: o maracá, o cachimbo, as vestes rituais.

✧ Locais: o topo das montanhas, a cachoeira, a pedra (pintura dos krenak), a gruta dos sete salões (dos krenak), o Poró (dos pankararu), a casa da religião (maxakali), a Igrejinha (dos xacriabás).

✧ As plantas: o croá (para os pankararu); o quiabinho (para os arauã); a melancia (para os maxakali); a mandioca, a jurema, o jenipapo, o urucum, a embaúba.

✧ As pedras: dos krenak: pedra pintura dos pajés: pankararu do namoro: pataxó.

3. Os kaxixó, aranã e mucurin não são reconhecidos pelo Estado.

✧ A pintura: com o toá (pankararu barro-branco).

Com o urucum

Com o jenipapo.

✧ As roupas usadas nos rituais e festas.

✧ As danças.

✧ Os animais de poder: a onça cabocla dos xacriabás

Os gaviões (dos maxakali)

Morcegos etc.

Esse modo mitológico de os indígenas se relacionarem com o Transcendente ocorre numa determinada terra. Nela, cria-se uma visão de mundo, procura-se o sentido da vida. Os jovens e crianças são formados a partir da memória histórica e dos acontecimentos. Os mitos exercem o papel de encontrar uma resposta para as perguntas: Como viemos ao mundo? Quem somos nós? Qual o nosso projeto, nosso sonho? Quais são os nossos mais profundos desejos?

Os mitos revelam para jovens, crianças e velhos uma realidade anterior. Eles são a fala dos antepassados, do fundador, para que este povo seja e continue sendo como é através dos tempos!

3 – O mito do dilúvio na cultura maxakali

Para mostrar que a causa do castigo dos maxakalis está no rompimento da aliança destes com Topá, eles contam os seguintes mitos:

a) Mito da lontra

Antigamente os maxakali conversavam com Topá. E este era seu amigo. Topá visitava as suas aldeias. E deu para eles uma linda Lontra.

– Com ela, disse Topá, os maxakalis jamais passarão fome. Vocês farão assim: "Levarão a Lontra para o rio de modo que ela possa pescar peixes para vocês. Ela entrará no rio e de lá vai jogar na margem muitos peixes. Os maxakalis encherão os seus "terrê" (sacolas de embira) e levarão para a aldeia, onde os peixes serão repartidos e ninguém passará fome. Mas tem uma exigência: Os três primeiros peixes que ela jogar na areia serão enormes e vocês os separarão para mim.

E assim os maxakalis fizeram por muitos anos. Não havia fome em suas aldeias e eles viviam felizes. Um dia, porém, o genro de um dos mais velhos pediu ao sogro a Lontra encantada para ir pescar. O sogro lhe contou toda a história e o trato com Topá. E ele se foi para a beira do rio. Tudo ocorreu como fora combinado. A Lontra pulou no rio: Unch! Unch! Unch! Mergulhou de novo e jogou na margem três grandes peixes. Os peixes sagrados! Depois continuou a mergulhar e a jogar mais peixes. Ao ver os três peixes grandes, o genro disse:

– Que nada! Vou levar esses três peixes para mim.

E colocou-os no terrê. Também encheu as outras sacolas com os peixes pequenos. Terminado o seu trabalho, a Lontra subiu no barranco e começou a cheirar os peixes procurando os seus. Não os encontrando pulou no rio... e desceu rio abaixo. O maxakali desesperado começou a gritar:

– Lontra! Lontra! Volte!

Mas a Lontra não entendia a linguagem do maxakali e ela foi embora para não mais voltar. O maxakali voltou para a aldeia com os peixes. Muito envergonhado, ele contou tudo para o mais velho. A aldeia inteira entrou em profundo estado de medo e tristeza, pois o mais velho disse:

– Você errou. Topá vai nos castigar, um grande castigo cairá sobre nós!

b) Mito do dilúvio

Anoiteceu. Os maxakalis, preocupados, se recolheram nas suas cabanas. E o tempo se escureceu. Uma chuva torrencial se abateu sobre a terra. Quando os maxakalis acordaram, as águas tinham apagado as fogueiras e uma enorme escuridão se fez. Desesperados, eles viram que a água chegava debaixo das redes. Juntaram seus poucos pertences e suas crianças e correram para o cimo das árvores. Ali a água os alcançava e eles eram derrubados na correnteza. Buscaram, então, a montanha mais alta. E aí também a água os alcançou... E assim morreram todos os maxakalis daquele tempo!

c) Topá salva um maxakali

O genro, no entanto, em meio a grande pavor, encontra um pedaço de pau oco e entra nele. Ele tapou as extremidades com areia e couro de veado e ali ficou por quarenta dias flutuando no grande mar de águas que se formara.

Passada a tempestade, as águas baixaram e Topá quis ver como ficou a terra. E ele veio em forma de besouro (Mangangá) voando, voando... ZZZ! ZZZZ! ZZZ!

– Não sobrou nada! – disse ele ao seu acompanhante.

De repente, ouviu-se uma voz:

– Topá! Topá! Me tira daqui!

Topá circulou o pau de onde saía a voz. Mandou seu acompanhante ir buscar um machadinho para cortar. Era inacreditável alguém ter escapado. Quando chegou o machadinho, Topá marcou o lugar para cortar!

– Aí não! – disse a voz. Aí é minha perna. Como vou andar?

E assim sucessivamente:

– A cabeça... como vou pensar?

– Os braços... como vou flechar?

Até que o homem disse: aí pode cortar, pois Topá tinha marcado por cima da sua cabeça, no lugar da pele do veado.

Topá retirou-o de dentro do pau. Fez uma fogueira e foi aquecendo-o, girando seu corpo em torno das labaredas, como quem assa carne. Que coisa horrível! O homem estava branco, magro e todo cagado. Fedia de longe.

Depois que ele foi se recuperando, Topá alimentou-o com mel, amendoim, bananas, carne, frutas... E lhe disse:

– Agora que você está bom vou levar você comigo, para o meu lugar (o Hamnoy), pois você está só.

Mas o maxakali não quis ir.

– Eu não sou deus! Meu lugar é aqui!

Disse Topá:

– Então eu vou te ensinar a fazer uma armadilha para pegar uma mulher para você, pois você não suportará ficar só.

E Topá ensinou-lhe a fazer um mundéu. E depois disso se foi. O maxakali seguia o conselho de Topá ao pé da letra. Armava sempre o mundéu na direção ensinada por Topá. Caíram ali vários bichos da floresta. Mas com nenhum o casamento dava certo. Até que caiu nele uma guariba. E ele se casou com ela. Quando nasceu o filho era uma guaribinha. E como das outras vezes, ele a mandou embora, pois nascera bicho e não filho de gente.

d) O maxakali encontra gente e o povo renasce

O maxakali se desesperava de tão só. Uma noite armou mais uma vez o mundéu na direção ensinada por Topá. E ouviu vozes:

– Opa! Essa voz... é voz de gente. Não é de bicho! Exclamou.

E rápido seguiu pela mata em direção à voz. Viu então uma pequena cabana. Lá dentro viu uma veadinha (Mas essa era uma mulher, pois estava encantada). Ele chegou e bateu palma. Ela saiu à porta. Ele, respeitoso, ficou à distância com seu arco e flechas.

– Bom-dia! O marido da senhora está em casa?

– Não! Ele está trabalhando na roça.

– Vou até lá! – disse ele, pois pensou que não ficaria bem ele ali sozinho com a mulher do outro.

Ele se foi. Chegando na roça, espiou... e viu um forte e grande veado capinando a roça... todo suado. O maxakali pensou: vou matá-lo. Atirou suas flechas e zás! Flechou o homem e o matou. Jogou seu corpo no mato e retornou à casa da mulher.

– Encontrou o meu marido? – disse a mulher.

– Não. Não o vi.

– Então vamos esperá-lo.

– E ele se sentou do lado de fora da casa.

Muito tempo se passou... O maxakali então se casou com a veadinha encantada e daí nasceu esta gente maxakali de hoje.

e) Topá ensina como fazer filhos ao novo casal

O casal queria ter filhos. Primeiro tiveram relação no casco da veadinha. O filho gerou na batata da perna. Por isso os humanos têm batatas nas pernas.

Depois gerou na coxa. Não deu certo. Topá veio então para ensinar-lhes como fazer filhos. Trouxe sua maxadinha e abriu uma pequena fenda na mulher, entre as suas pernas e lhe disse:

– É por aqui.

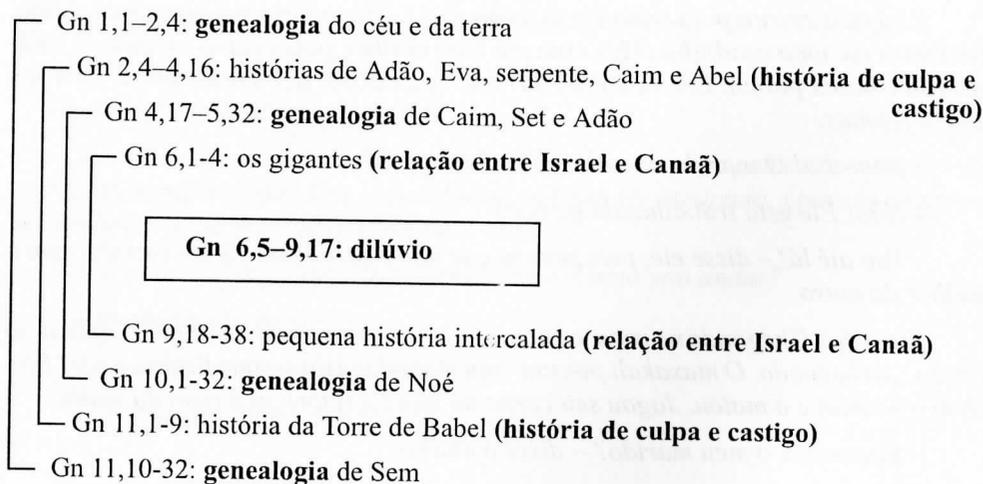
E assim eles deram origem ao Tikmãa (humanos) de hoje, os quais vivem na beira do umburuna (rio).

4 – O mito do dilúvio em Israel e na Babilônia

A narração do dilúvio na Bíblia é muito conhecida. Incorporado na visão israelita para falar da ação divina que põe um fim na maldade humana esse mito deve ser entendido a partir da sua posição estratégica no bloco de Gn1–11 e em relação ao mito babilônico de Gilgamesh.

4.1 – O dilúvio no centro de Gênesis 1–11

As genealogias em Gn 1–11 são como o fio condutor que vai amarrando a história, organizada de forma concêntrica e tendo o dilúvio como o centro da narração. Assim, podemos dividir esses capítulos em sub-blocos.



Diferente do nosso pensamento ocidental que é linear, o pensamento semita é do tipo cíclico ou concêntrico. É o que podemos perceber nessas composições. É como o corte de uma cebola. As genealogias dos capítulos 1–11 são como a “casca de fora” da cebola. Existe um paralelo entre as histórias de Adão, Eva, Abel e Caim com a Torre de Babel. Essas são histórias de culpa e de castigo. Em 6,1-4 e 9,18-28 encontramos histórias que dizem respeito às relações entre Israel e Canaã. Gn 6,5–9,17 é o miolo da cebola, a história do dilúvio vista como a negação da criação.

4.2 – O mito de Gilgamesh

“Os deuses⁴, instigados por En-lil, decidem em assembleia mandar o dilúvio. Mas, Ea, fingindo falar com a parede, revela ao seu protegido Ut-napistim o projeto divino e exorta-o a construir um navio para pôr-se a salvo. Trata-se de um navio, não duma arca: as suas dimensões são citadas com precisão, e menciona-se o asfalto como na Bíblia.

O colorido da narração representa um estágio de civilização mais evoluído que o apresentado na Bíblia: o navio carrega ouro e prata, e, juntamente com a família, o herói leva a bordo operários especializados. Como na Bíblia, mencionam-se animais e feras. O dilúvio é longamente descrito como um terrível furacão, em que intervêm os deuses das tempestades, enquanto os outros deuses, espavoridos, retiram-se para o céu mais alto, e se agacham como cães chorando.

No sétimo dia termina o dilúvio: é portanto bastante mais breve que o da Bíblia. Ut-napistim abre a janela e chora contemplando a desgraça: toda a humanidade se havia transformado em lama. A nave parou sobre o monte Nisir (na Assíria) e aí permaneceu encalhada seis dias. No sétimo dia Ut-napistim soltou sucessivamente uma pomba, que voltou, e um corvo, que não regressou.

Saindo da nave, Ut-napistim fez, no alto do monte, um sacrifício, em torno do qual os deuses se ajuntaram como moscas sentindo-lhe o perfume. Aqui ocorre uma disputa entre os deuses: a deusa Istar não quer que En-lil, principal responsável pelo dilúvio, tome parte do banquete sacrificial, ao passo que En-lil se enche de ira porque alguns homens escaparam do dilúvio.

Ea, acusado de haver traído o segredo dos deuses, demonstrou a En-lil que sua maneira de agir, provocando o dilúvio, fora despropositada. Depois abençoou a Ut-napistim e sua mulher, fê-los imortais e os fez habitarem longe, na embocadura dos rios”.

4. O texto que apresentamos é um resumo feito por BALLARINI, T. (org.), *Introdução à Bíblia*, II/1, Vozes, Petrópolis 1975, 220-221.

Maxakali	Gênesis 6,5–9,17	Gilgames
a) Objetivo: castigo	a) Objetivo: lição de moral	a) Objetivo: político-ideológico
b) Topá vai castigar	b) Deus opta pelo dilúvio	b) Deuses decidem pelo dilúvio
c) -----	c) Noé é comunicado	c) O protegido é comunicado
d) pedaço de pau oco	d) arca	d) navio
e) monoteísmo	e) monoteísmo	e) politeísmo
f) um indígena (genro)	f) pessoas e animais	f) ouro, prata, operários e herói
g) tempestade	g) tempestade	g) terrível furacão
h) 40 dias	h) 40 dias	h) 7 dias
i) -----	i) monte	i) monte
j) besouro, machadinha	j) pomba, corvo	j) pomba e corvo
k) fogueira	k) sacrifício	k) sacrifício
l) armadilha	l) arco-íris	l) -----
m) recriação pelo casamento	m) recriação de tudo	m) bênção e imortalidade para o casal
n) nova morada: rio	n) nova morada: terra	n) nova morada: rio

Os três textos parecem descrever uma mesma ação com detalhes diferentes. Na verdade, os objetivos de cada um divergem. A narração indígena parece estar mais próxima da bíblica.

A narração babilônica destaca, por contraste, a marca monoteísta das narrativas bíblica e indígena, não obstante o mito dos maxakalis citar um acompanhante de Topá.

No texto bíblico, Deus mesmo decide fazer um dilúvio e adverte aquele que deve escapar das águas. No final da narrativa, esse mesmo Deus decide que nunca mais há de ocorrer outro dilúvio, mas de forma alguma incriminando-se por isso (8,22). No texto indígena, a comunidade premedita a ação de castigo de Topá.

Deus não se espanta com a grandiosidade do dilúvio, embora depois, à maneira dos deuses babilônicos, seja descrito no ato de sentir a suave fragrância do sacrifício de Noé (8,21). A suave fragrância das narrativas bíblica e babilônica contrasta com o odor fedido do maxakali após o dilúvio.

A narração babilônica não tem caráter moral: o dilúvio parece uma medida caprichosa e despropositada, ao passo que na Bíblia aparece como tremenda lição de moralidade; Deus não pode mais suportar o mal moral: a humanidade se corrompeu de uma forma tão irrecuperável, que é preciso destruí-la para começar novamente. Os maxakali perderam a proximidade com Topá. Deixaram de oferecer os três primeiros peixes pescados pela Lontra para Topá e, por isso, deverão ser castigados.

As três narrações, indígena, bíblica e babilônica, reproduzem o mesmo esquema com pormenores diferentes. O dilúvio é menor no texto babilônico. Qual texto depende do outro? Seria o bíblico o mais antigo? As respostas não são lá tão fáceis. Tudo indica que todos esses textos reproduzem uma tradição literária antiqüíssima. Não estaria o texto bíblico fazendo referência aos exércitos assírios, os quais poderiam invadir Israel caso este não seguisse as orientações proféticas do século VIII? Essa também é uma boa pergunta.

O texto babilônico tem referência político-ideológica. Marduk, o deus supremo, era poderoso e organizava o mundo por meio de seus sacerdotes, que recolhiam tributos nos templos chamados “ziggurats”. Marduk mantinha a ordem do cosmos, mas somente poderia continuar a fazê-lo se as pessoas continuassem a alimentá-lo com suas ofertas. Se isso não acontecesse e o povo se rebelasse, Marduk iria se irritar e abrir as comportas do céu, o céu se esvaziaria e a criação seria aniquilada.

Não podemos nos esquecer que o dilúvio, isto é, água em abundância, nunca foi um problema para Israel, mas o contrário. Num país árido, a luta pela água é, foi e sempre será problema de guerras infundáveis. Na cosmogonia mesopotâmica, o dilúvio era possível, pois esta concebia o mundo rodeado de águas superiores e inferiores. Na visão indígena, onde a água é essencial e abundante, o mito é mais decorrente.

5 – Conclusão: resistência e esperança

Falar de resistência é fazer memória dos inúmeros povos indígenas que ainda hoje lutam para manter a identidade. É pensar nos sem-terra, sem-teto e nos outros tantos “sem” que vivem à espera de um novo tempo.

Noé foi salvo por ser um homem íntegro, justo e fiel. Desse modo, ele se contrapõe ao comportamento da maioria de seus contemporâneos, os quais supostamente eram injustos e falsos.

Noé praticou “preservação das espécies”. Em nossos dias, assistimos a uma devastação sem piedade de nossas florestas, matas e rios. Os animais morrem junto. Grandes projetos são sinais de grande devastação ambiental.

A promessa de Deus é que o dilúvio não mais irá acontecer. No céu Ele pendura o seu arco de guerra, transformado ou chamado de arco-íris. Este se torna o sinal visível da promessa divina de não-destruição vindoura de seu povo. Não perdura mais a ameaça.

No poema babilônico, Marduk perde o seu poder de destruir o povo, o que significa ser destronado. Deus, o criador do universo, não precisa ser destronado, Ele é para sempre.

Até o momento do dilúvio, a violência e a perversão do coração humano são apontadas como causas do castigo e da destruição do mundo. Depois do sinal do arco-íris, ocorre uma novidade. O ser humano fica liberado para consumir carne, menos a carne com sangue. O desígnio do coração não está mudado: o “homem novo” continua contraditório.

Após o dilúvio, estamos livres da ameaça mágica de destruição do mundo. Na re-criação do mundo, o ser humano é abençoado para se multiplicar. Além disso, ele vai usar os animais e outros elementos da criação para as suas necessidades. A ele é dada liberdade para se organizar na justiça, no direito e no temor para com Deus.

O relato bíblico apresenta a salvação de um pequeno grupo e a destruição da maioria. O resto deveria recomeçar o projeto criador de Deus. Qual a relação disso com o aspecto sacrificial do “neoliberalismo”? A narração do dilúvio funciona como negação da criação anterior de Deus. Os profetas sempre denunciaram a institucionalização da injustiça. Muitos deles acreditavam num resto do povo que seria salvo ou que resgataria a obra do criador. A família de Noé simboliza as pequenas ações de resistência. As famílias simples dos camponeses de nossos dias, os sem-terra, são as que mais se aproximam da figura de Noé e sua família.

Servindo-se de textos javísticos (século X) e sacerdotais (século V), o redator final de Gn 6,5–9,17 soube respeitar essas duas tradições e reafirmar que um pequeno grupo vai sobreviver, porque ele é justo, pratica o direito, a justiça e a fidelidade. Esse grupo é representado pelo protótipo Noé. Não é por menos que o nome Noé – em hebraico, Nôah – deriva, talvez, de uma raiz semítica (conservada em etíope) que significa *protelar-se*: nesse caso Noé seria o apelido que no ambiente semítico foi dado ao herói do dilúvio e significaria *aquele que prolongou sua existência*, isto é, o que sobreviveu ao dilúvio.

O mito dos maxakali mostra que Topá é a salvação, enquanto todos procuram viver na harmonia e partilha dos bens. O dilúvio só ocorre quando isso é quebrado. O ser humano provoca o dilúvio.

O mito bíblico do dilúvio chama a atenção para a questão do respeito pela terra e a sua ação produtiva de vida e abundância para todos. Em nossos dias cresce cada vez mais a consciência de que a terra é mais um dos pobres que necessitam ser libertados. É preciso libertar a terra, saber cuidar dela e da água sua companheira. Vivemos uma eminente falta de água potável para a humanidade. Um novo dilúvio parece próximo se não mudarmos nossos hábitos. E ele será para ricos e pobres, animais e feras do campo, pássaros e répteis.

O mito bíblico do dilúvio nos convida a renovar a esperança em Deus que promete e quer a vida e não o mal no mundo. A terra maldita (Gn 3,17b-19) pela violência humana volta a ser fecunda (Gn 8,21; 9,20-21). Gn 6,5–9,17 mostra uma espiritualidade baseada na certeza da reconstrução do povo. Haverá de novo uma nova vida na face da terra. O mal será extirpado.

O mito do dilúvio nos coloca na perspectiva do re-humanizar o humano e do re-habitar a terra. Isso só será possível quando homens, animais e natureza voltarem a viver em harmonia. Ninguém se salvará sozinho.

Ou nos salvamos todos ou morreremos todos: ricos e pobres. Na ciranda dos grandes projetos urge recriar, retomar a esperança, mesmo que seja a de um *pequeno projeto*.

Jacir de Freitas Faria
Av. Dr. Hans Peter Kiernff 336
Bairro Santa Cecília
Belo Horizonte – MG
30668-270
jacirff@inetminas.estaminas.com.br